



Estado de Sergipe
Administração Estadual do Meio Ambiente



LICENÇA AMBIENTAL



A Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.057, de 7 de novembro de 2003, atendendo ao requerimento relativo ao Processo 2024/TEC/LS-0408, outorga a presente

Licença Simplificada Nº 51/2025

em favor de DEDEHOUSE SAUDE AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 42.286.571/0001-84, sediado na Rua 15A, Nº124 Conj. Eduardo Gomes, Rosa Elze, São Cristovão, SE, CEP 49.100-000, **para atividade de Imunização e Controle de Pragas Urbanas (Serviços de dedetização e limpeza de caixas d'água, caixa de gordura e tanques sépticos)**, localizada no endereço reportado anteriormente, com coordenadas geográficas UTM (WGS84): 705041.62 / 8790558.10.

Considerações Gerais

01. Esta Licença Simplificada foi emitida às 07:53:48 do dia 06/05/2025, com validade por 3 anos, vencendo-se em 06/05/2028.
02. O código de controle desta licença é **<452abb578c95f4bcfd2f58a5b326dfaa>** e a sua aceitação está condicionada à autenticidade a ser conferida na internet no endereço eletrônico <http://www.adema.se.gov.br>, e à não existência de rasura.
03. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal.
04. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei.
05. Na hipótese do requerimento de renovação da presente licença não ser deferido até antes do final de sua vigência, ao empreendedor somente será garantido o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento de renovação venha a ser feito em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu término.
06. A Adema, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
 - a) Violação de normas ambientais;
 - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
 - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
 - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
 - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;
 - f) Presença de zona aquífera e ecossistemas cavernícolas não detectados na prospecção do terreno.

Obrigações do empreendedor

01. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme modelo disponibilizado, devendo encaminhar à Adema um exemplar do jornal contendo a publicação.



Licença: 51/2025

Código: 452abb578c95f4bcfd2f58a5b326dfaa

Condicionantes

1. O empreendedor deverá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, afixar placa alusiva à licença ambiental, em local visível, de preferência próximo do acesso ao empreendimento, nas dimensões mínimas de 0,50 m de largura por 0,70 m de altura, conforme modelo e instruções fornecidos pela Adema.
2. Na vigência desta licença, quaisquer irregularidades constatadas deverão ser corrigidas pela empresa e comunicadas, imediatamente, à Adema.
3. A empresa deverá apresentar juntamente com o pedido de renovação da Licença Simplificada os seguintes documentos:
 - Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao conselho de classe do técnico responsável pelo Licenciamento Ambiental Simplificado.
 - Declaração de envio das embalagens vazias, devidamente qualificadas e quantificadas para o fornecedor ou a empresa ambientalmente licenciada, após realizar a tríplex lavagem, conforme descrito na Resolução RDC nº. 52/2009 de 22 de outubro de 2009.
 - Relação dos produtos químicos usados no processo de Imunização e Controle de Pragas Urbanas, anexando cópias das fichas técnicas, atualizadas.
 - Em caso de mudança do responsável técnico, apresentar o Termo de Responsabilidade Ambiental – TRA, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e o Roteiro de Caracterização do Empreendimento – RCE.
4. A empresa deverá manter atualizados junto aos órgãos competentes os seguintes documentos:
 - Alvará de funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal.
 - Licença da Vigilância Sanitária.
5. A empresa não deverá lançar em redes de esgotos e drenagem de águas pluviais ou corpos hídricos efluentes originários dos produtos domissanitários ou biocidas.
6. A empresa não deverá realizar o processo de fumigação ou expurgo.
7. A empresa deverá ter local específico para o armazenamento dos produtos químicos utilizados no processo de Imunização e Controle de Pragas, devendo mantê-los longe das crianças e animais domésticos.
8. O sistema de efluentes sanitários deverá ser operado de maneira que não se perceba odores desagradáveis, presença de insetos e outros inconvenientes, bem como afastar possibilidade de poluição de qualquer área.
9. Os resíduos sólidos domésticos gerados deverão ser dispostos em recipientes adequados e destinados à coleta pública, não sendo permitida incineração, queima ao ar livre e disposição a céu aberto.
10. Os resíduos perigosos gerados pela atividade deverão ter destinação e transporte adequados, realizados por empresa devidamente licenciada pela Adema.
11. O sistema de tratamento e destinação dos efluentes deverá estar em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, NBRs nº. 7.229/93 e nº. 13.969/97 e atualizações.
12. Os resíduos sólidos recicláveis deverão ser acondicionados conforme NBR nº. 13.230 da ABNT e destinados à empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.
13. As emissões de ruídos proveniente da atividade da empresa deverá obedecer aos limites estabelecidos nas normas técnicas NBR's nº. 10.151 e nº.10.152 da ABNT, referenciadas pela Resolução Conama nº. 01/90.
14. As informações prestadas no Roteiro de Caracterização do Empreendimento – RCE e no Termo de Responsabilidade Ambiental - TRA com respectiva Anotação de Responsabilidade



Licença: 51/2025

Código: 452abb578c95f4bcfd2f58a5b326dfaa

Condicionantes

Técnica – ART do responsável técnico terão toda e qualquer responsabilidade cível, criminal e administrativa decorrente de problemas ambientais provocados pela implantação e/ou operação do empreendimento.

15. Qualquer alteração e/ou ampliação na área e/ou atividades da empresa, deverá ser previamente apresentada à Adema para a respectiva avaliação.
16. Toda atividade a ser exercida pela empresa deverá ser realizada na área interna do empreendimento.
17. No caso de omissão ou uso de informações inverídicas nas documentações apresentadas no referido processo pelo empreendedor, instrumentos que subsidiam a emissão desta Licença Simplificada, a Adema deverá:
 - Suspender imediatamente a Licença Simplificada e impor a multa, na forma da legislação ambiental vigente.
 - Denunciar o responsável técnico ao respectivo Conselho de Classe responsabilizando-o pela multa conjuntamente com o empreendedor.
 - Enviar cópias dos procedimentos adotados para conhecimento do Ministério Público Estadual e/ou Federal.

